Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR	**:**	**DSG-G.MJMS-5968/2013**
PROCESSO TC/MS	**:**	TC/1840/2013
PROTOCOLO	**:**	1391949
ÓRGÃO	**:**	PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORA
INTERESSADO	**:**	FLAVIO ESGAIB KAYATT
CARGO DO INTERESSADO	**:**	PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	PROCESSO LICITATÓRIO
RELATORA	**:**	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	**:**	PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2012

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PREGÃO PRESENCIAL - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – LEGALIDADE E REGULARIDADE.

Versa este processo sobre o PROCEDIMENTO LICITATÓRIO na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 062/2012, homologado em 04/10/2012, visando adquirir gêneros alimentícios para atender o Hospital Regional e as Unidades de Saúde.

Ato contínuo, o processo foi enviado a 6ª Inspetoria de Controle Externo para apreço. Após exame e por meio da Análise Conclusiva ANC-6ICE-3312/2013, o corpo técnico opinou:

> "Diante do exposto, opinamos pela regularidade e legalidade do Procedimento Licitatório Pregão Presencial nº 062/2012, (1ª fase) e, nos termos do Artigo 308 da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006, encaminhamos o processo ao Ministério Público de Contas para parecer."

O Ministério Público de Contas apreciou os autos e entendeu da mesma forma que a equipe técnica, assim lançou seu Parecer PAR-MPC-GAB.3 DR.JAC/SUBSTITUTO-3726/2013, manifestando-se:

> "Ante o exposto, nos termos do artigo 311, I e 312, I, da RN/TC/MS n° 057/2006, opinamos pela regularidade e legalidade do Procedimento Licitatório por estar em conformidade com a legislação pertinente."

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

É o Relatório, passo a Decidir.

Em exame dos autos constatei que os documentos apresentados satisfazem as exigências pertinentes, uma vez que ficou demonstrado que o presente certame foi realizado de acordo com as normas da lei para licitações, Lei Federal nº 8666/93 e alterações.

Diante de todo o exposto, acolho o entendimento exaurido pela 6ªICE e pelo MPC e, com base no artigo 13, inciso V do Regimento Interno desta Corte **DECIDO:**

1- Pela legalidade e regularidade do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL nº 062/2012,** com fulcro no artigo 311, inciso I c/c o artigo 312, inciso I – ambos do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

2- Pela comunicação do resultado desta Decisão aos responsáveis, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012;

3- Determino a remessa dos autos ao Cartório para as providências regimentais;

4- E, após, à Inspetoria competente, na forma do que dispõe o artigo 4º da OTI DGGM/PRES nº 03/2010.

É a DECISÃO.
Campo Grande, 19 de julho de 2013.

Conselheira Marisa Serrano
R E L A T O R A

mcr